ANEXO

Mapa de áreas

Estações elevatórias

Subsistema de Sabroso de Aguiar-Pedras Salgadas

Concelho de Vila Pouca de Aguiar

Parcela	Nome e morada dos interessados	Freguesia	Matriz	Descrição predial	Confrontações	Natureza da parcela	Área (metros quadrados)
001 PS	Proprietário — Maximiano Chaves Roxo, Quinta da Tapada, Pedras Salgadas, 5450 Pedras Salgadas.	Bornes de Aguiar	Rústica — 2718 . . .	Omisso		RAN, REN e áreas de concessões de pesquisa para águas minerais.	276
001 SA	Proprietário — José Avelino Vila Nova Silva, Rua da Escola, Sabroso de Aguiar, 5450 Sabroso de Aguiar.	Sabroso de Aguiar . . .	Inexistente (*)			RAN + REN	165

(*) Artigos não identificados na matriz desta freguesia. Os prédios foram cedidos para criação da freguesia.

Despacho n.º 26 339/2005 (2.ª série). — Pretende a Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa realizar a beneficiação de um caminho agrícola existente no lugar de Feitoria, no concelho de Marco de Canaveses, utilizando para o efeito 1730 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional do concelho de Marco de Canaveses, por força da delimitação constante da Portaria n.º 1068/93, de 25 de Outubro.

Considerando a justificação da localização e da realização desta infra-estrutura apresentada pela Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa;

Considerando a inexistência de localização mais favorável, em termos ambientais, para o traçado;

Considerando que a obra proposta vem beneficiar uma ligação que constitui, para as populações locais, um melhor acesso às propriedades por ela servidas;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal de Marco de Canaveses, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/94, de 19 de Maio, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2000, de 26 de Julho, não obsta à concretização da obra;

Considerando a declaração de interesse público municipal aprovada na sessão ordinária de 28 de Dezembro de 2004 da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses;

Considerando que a Comissão Regional da Reserva Agrícola de Entre Douro e Minho emitiu parecer favorável à ocupação não agrícola dos solos afectos à Reserva Agrícola Nacional;

Considerando o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

Determino:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, é reconhecido o interesse público da beneficiação de um caminho agrícola existente no lugar de Feitoria, no concelho de Marco de Canaveses.

2 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 26 340/2005 (2.ª série). — Pretende a Junta de Freguesia de Ribeira de Pena (Salvador) promover o alargamento e beneficiação do caminho agrícola de Fonte do Sol, no concelho de Ribeira de Pena, utilizando para o efeito 1239,40 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Ribeira de Pena, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/96, de 22 de Agosto.

Considerando a justificação da localização e da realização desta infra-estrutura apresentada pela Junta de Freguesia de Ribeira de Pena (Salvador);

Considerando a inexistência de localização mais favorável, em termos ambientais, para o traçado, já que a opção pela correcção e alargamento do caminho existente tem em vista minimizar os efeitos da obra sobre os ecossistemas da respectiva área envolvente;

Considerando que a obra proposta vem beneficiar uma ligação que constitui, para as populações locais, um melhor acesso às propriedades por ela servidas;

Considerando também que a obra se destina a permitir a deslocação de máquinas agrícolas e outros veículos adequados à exploração dos terrenos agrícolas e à limpeza e protecção da floresta;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal de Ribeira de Pena, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/95, de 11 de Janeiro, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/99, de 25 de Junho, não obsta à concretização da obra;

Considerando a declaração de interesse público municipal aprovada na sessão ordinária de 30 de Setembro de 2003 da Assembleia Municipal de Ribeira de Pena;

Considerando o parecer favorável emitido pela Comissão Regional da Reserva Agrícola de Entre Douro e Minho;

Considerando o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

Determino:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, é reconhecido o interesse público do alargamento e bene-

ficação do caminho agrícola de Fonte do Sol, no concelho de Ribeira de Pena.

2 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 26 341/2005 (2.ª série). — O conselho administrativo, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, deliberou por unanimidade delegar no presidente Prof. Doutor Alfredo Rodrigues Marques, com poderes de subdelegação nos funcionários com cargos dirigentes, as competências a seguir indicadas:

1 — Autorizar a realização das despesas previstas no orçamento nos termos legais e pronunciar-se sobre a legalidade das mesmas até ao limite de € 199 000;

2 — Mais deliberou, também por unanimidade, delegar na vice-presidente licenciada Teresa Margarida Ferreira Mateus Pratas Jorge, com poderes de subdelegação nos funcionários com cargos dirigentes, as competências a seguir indicadas:

- Promover e fiscalizar a arrecadação das receitas próprias;
- Autorizar a realização das despesas previstas no orçamento nos termos legais e pronunciar-se sobre a legalidade das mesmas até ao limite de € 124 500;
- Aprovar a constituição de fundos de maneoio;
- Proceder à assinatura das folhas de requisição de fundos, bem como dos correspondentes documentos de expediente a enviar às 7.ª e 14.ª Delegações da Direcção-Geral do Tesouro.

3 — Este despacho produz efeitos desde 6 de Setembro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os despachos e actos entretanto praticados.

12 de Setembro de 2005. — O Presidente do Conselho Administrativo, *Alfredo Rodrigues Marques*.

Despacho n.º 26 342/2005 (2.ª série). — *Constituição do conselho administrativo.* — 1 — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, designo a vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, licenciada Teresa Margarida Ferreira Mateus Pratas Jorge, vogal do conselho administrativo.

2 — Nos termos do disposto no n.º 3 do já citado artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, nas minhas faltas e impedimentos, comparecerá à reunião do conselho administrativo o vice-presidente mestre Alfredo Manuel Pires Simões.

3 — Por força do consignado no n.º 2 do artigo 13.º do mesmo diploma legal, designo a dirigente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Dr.ª Maria Isabel Fraústo Antunes de Azevedo da Veiga Ferrão, vogal do conselho administrativo.

Também nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, designo secretário do conselho administrativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro o chefe de secção José Inácio da Fonseca Lopes.

4 — Este despacho produz efeitos desde 6 de Setembro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os despachos e actos entretanto praticados.

12 de Setembro de 2005. — O Presidente do Conselho Administrativo, *Alfredo Rodrigues Marques*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Aviso n.º 11 601/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005, são nomeados, precedendo concurso, técnicos superiores principais, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Economia, Hélia Maria da Silva Nunes Mendes, Jesuína Maria Isidoro Franco e Maria Teresa Lemos Spencer Salomão, escalão 1, índice 510, e Carlos Alberto Fernandes Nunes, escalão 2, índice 560, técnicos superiores de primeira classe da carreira de técnico superior do mesmo quadro de pessoal.

As presentes nomeações produzem efeitos à data do despacho de nomeação. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

Aviso n.º 11 602/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005, é nomeada, precedendo concurso, técnica superior principal, escalão 1, índice 510, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Economia, Maria José Mata Picado, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública, considerando-se exonerada daquele quadro de pessoal a partir da data da aceitação do lugar para que agora é nomeada. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

Aviso n.º 11 603/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 25 de Novembro de 2005, são nomeados, precedendo concurso, técnicos superiores de 1.ª classe, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Economia, Ana Cristina Rodrigues Caetano Rolo de Sousa Alves, Maria Madalena Cabrita Leandro, Sofia Quintino Carqueija Marques da Mata Anim Gândara, Isabel Maria Abrantes Gonçalves Rio e Maria José Ribeiro Esteves Claudino Lopes, escalão 1, índice 460, técnicos superiores de 2.ª classe da carreira de técnico superior, do mesmo quadro de pessoal.

As presentes nomeações produzem efeitos à data do despacho de nomeação. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

Aviso n.º 11 604/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 25 de Novembro de 2005, é nomeada, precedendo concurso, técnica superior de 1.ª classe, escalão 1, índice 460, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Economia, Matilde Rosa Correia da Silva, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral do Ambiente, considerando-se exonerada daquele quadro de pessoal a partir da data da aceitação do lugar para que agora é nomeada. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P.

Despacho n.º 26 343/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, nomeio a assistente administrativa especialista, da carreira de assistente administrativo, Luísa Maria Gomes de Sousa de Almeida de Eça para exercer funções de secretariado no meu gabinete.

À referida funcionária é atribuída a gratificação prevista no n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Novembro de 2005. — A Directora, *Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 26 344/2005 (2.ª série). — Considerando que, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, a licença para o exercício de actividades ruidosas de carácter